

Ano X

Questões Ecológicas

A satisfação com o término dos trabalhos da Constituinte é uma realidade a que poucos brasileiros ficarão imunes. Este sentimento positivo, entretanto, deve vir temperado de juízo.

Não é só prestar atenção, daqui por diante, nos pontos falhos do texto aprovado que pedem ou exigem correção. Trata-se, também, de fugir ao velho hábito brasileiro de confiar tudo a um texto — como se houvesse uma propriedade mágica nas palavras alinhadas sob o título de lei.

Um exemplo disso é o que se fez com os *marajás*. A Constituinte estabeleceu um teto para o crescimento do funcionalismo. Houve quem dissesse que isto acabava com os *marajás*.

Não acaba, obviamente. *Marajá* não é só quem está ganhando muito mais do que um ministro ou do que o presidente: é também — por exemplo — o contínuo que, por este ou por aquele artifício, ganha 10, 20 ou 50 vezes mais do que deveria ganhar pelo seu trabalho. Acabar com os *marajás* é estabelecer o princípio de que cada um deve ganhar o que merece, não mais; e para isto, é inútil a prescrição legal: trata-se de uma questão de comportamento da sociedade brasileira.

Outro assunto gravíssimo que a Constituinte não resolverá é o problema ecológico. Há quem esteja felicíssimo com o fato de que agora temos o que está sendo chamado de “a melhor legislação ecológica do mundo”, e de que se criou a figura do crime contra a ecologia.

Nada disso resolve — como também não adianta aumentar um pouco as multas para quem pratica queimadas — se o assunto não for tratado com realismo.

Reportagens feitas em Rondônia dão conta da devastação do estado por efeito das queimadas, e do fato de que as queimadas são consideradas naturais e até necessárias pelos agricultores da região. A Associação Brasileira do Meio Ambiente divulgou uma carta em que defende a intervenção das forças armadas para prender os responsáveis pelas queimadas e preservar as reservas florestais do país.

Ora, o Exército, numa situação de emergência, pode fazer isto ou aquilo, pode sair do estrito rol de suas atividades rotineiras; mas será que é solução para o Brasil ficar invocando o Exército cada vez que surge um problema sério?

O que a questão da Amazônia tem demonstrado é a absoluta inaptidão das autoridades para lidar com ela: um punhado de fiscais do IBDF representam, neste quadro, o mesmo que nada.

O triste fato é que a Amazônia não é prioridade nacional — enquanto ocupa um espaço cada vez maior nos jornais lá de fora. Esse espaço continuará a crescer, se o drama continuar a seguir o caminho de agora. Chegaremos, então, a uma situação de absoluto histerismo: o mundo inteiro gritando que é preciso salvar a Amazônia, e os nossos nacionalistas gritando de volta que, em hipótese alguma, admitem uma “intervenção estrangeira”.

Não seria hora de tratar de raciocinar um pouco? O Brasil está perdendo tempo precioso ao não conseguir amadurecer o seu relacionamento com o mundo exterior. Para o nacionalismo ortodoxo, os de fora são sempre os “agentes das multinacionais”, de olho nas riquezas pátrias. Mas que adianta manter essas riquezas longe da “cupidez externa” se elas desaparecem — como é o caso da Amazônia — por incúria interna?

Haverá, no exterior, quem tenha interesse comercial na Amazônia — o que, em si mesmo, não é crime nem pecado. Mas também há — e muito — quem olhe para a Amazônia com a nostalgia do supercivilizado que gostaria de preservar um grande acervo ecológico. Há verbas de instituições internacionais que podem perfeitamente ser usadas (em alguns casos isto já acontece) na proteção dos nossos tesouros naturais — que estamos tratando tão mal.

Mas para isso, é preciso que a xenofobia volte um pouco a limites toleráveis, que são os limites da razão. Para pôr em prática a “lei ecológica mais perfeita do mundo” vai ser preciso um pouco mais do que aumentar as verbas do IBDF. Tanto mais quanto, em regiões como Rondônia, há autoridades (a maioria, ou quase todas), que acham não haver nada demais com as queimadas: elas seriam apenas o que São Paulo ou Minas fizeram em outros tempos; e se os grandes estados fizeram — raciocinam os rondonianos — por que não nós?

É difícil de responder. A “filosofia ecológica” viceja muito melhor em Paris do que numa região que ainda sonha até mesmo com os males do asfalto. É uma enorme pretensão achar que nós, brasileiros, vamos responder a esse desafio sozinhos. O dinheiro de fora deveria ser muito bem-vindo, se gostamos realmente da Amazônia. Ou até mesmo projetos de desenvolvimento que assumissem compromissos específicos com a questão ecológica. Quando daremos os primeiros passos nesta direção que é a do bom senso?